

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da administração direta e indireta e da centralização e da descentralização administrativa, julgue os itens seguintes.

- 41 A descentralização administrativa pressupõe a transferência, pelo Estado, da execução de atividades administrativas a determinada pessoa, sempre que o justificar o princípio da eficiência.
- 42 Compõem a administração indireta os órgãos públicos internos, as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas.
- 43 A centralização consiste na execução das tarefas administrativas pelo próprio Estado, por meio de órgãos internos integrantes da administração direta.

Considerando que servidor público de determinada autarquia federal tenha solicitado ao setor técnico daquela entidade a emissão de parecer para subsidiar sua tomada de decisão, julgue os itens a seguir, acerca dos atos administrativos.

- 44 Considerando-se a prerrogativa com que atua a administração, o parecer solicitado é classificado como ato de gestão.
- 45 Caso seja adotado como fundamento para a decisão, o referido parecer passará a integrar o ato administrativo decisório.
- 46 Quanto aos seus efeitos, tal parecer classifica-se como ato administrativo enunciativo.

No que concerne aos agentes públicos, julgue os próximos itens.

- 47 A definição de servidor público, em sentido amplo, engloba os empregados públicos e servidores temporários.
- 48 Por manter com o Estado vínculo de natureza diferenciada, os militares não integram a categoria de agentes públicos.

Julgue os itens subsequentes, acerca dos atos e dos poderes administrativos.

- 49 O advogado-geral da União e o defensor público-geral da União são classificados como agentes políticos, pois sua atuação possui fundamento constitucional.
- 50 A discricionariedade administrativa fundamenta-se, entre outros elementos, na incapacidade da lei de prever todas as situações possíveis e regular minuciosamente a maneira de agir do agente público diante de cada uma delas. Assim, confere-se ao agente a prerrogativa de eleger, entre as condutas viáveis, a que se apresentar mais conveniente e oportuna à luz do interesse público.
- 51 Os atos decorrentes do poder regulamentar têm natureza originária e visam ao preenchimento de lacunas legais e à complementação da lei.

Julgue os itens que se seguem, a respeito do controle da administração e da responsabilidade civil do Estado.

- 52 A ação civil pública é instrumento válido de controle judicial da atividade administrativa.
- 53 Em nenhuma circunstância será o Estado responsabilizado por danos decorrentes dos efeitos produzidos por lei, uma vez que a atividade legislativa é fundamentada na soberania e limitada somente pela Constituição Federal de 1988.
- 54 No controle judicial da atividade administrativa, notadamente no que se refere às políticas públicas, devem-se observar limites que impeçam uma substituição do administrador pelo julgador, especialmente no que envolva a discricionariedade.

No que se refere aos princípios da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 55 O princípio da publicidade viabiliza o controle social da conduta dos agentes administrativos.
- 56 O princípio da precaução impõe à administração, diante de situações e ações que envolvam risco, a adoção de medidas preventivas contra a ocorrência de dano para a coletividade.
- 57 O princípio da eficiência norteia essencialmente a prestação de serviços públicos à coletividade, sem impactar, necessariamente, rotinas e procedimentos internos da administração.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito dos atributos dos atos administrativos.

- 58 Em decorrência do atributo da tipicidade, quando da prática de ato administrativo, devem-se observar figuras definidas previamente pela lei, o que garante aos administrados maior segurança jurídica.
- 59 A presunção de legitimidade dos atos administrativos está relacionada à sujeição da administração ao princípio da legalidade.
- 60 A imperatividade é atributo indissociável dos atos administrativos.

Com relação à Constituição Federal de 1988 (CF), sua classificação e dispositivos, julgue os itens a seguir.

- 61 Professor da Universidade Federal do Pará que pretender se aposentar poderá reduzir para cinquenta e cinco anos a idade mínima e para trinta anos o seu tempo de contribuição, se comprovar tempo de serviço exclusivo na função de magistério no ensino superior.
- 62 A CF é considerada flexível, pois a sua alteração pode ocorrer por meio de procedimento ordinário do processo legislativo comum.
- 63 Se um servidor público aposentado do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA) for nomeado para cargo em comissão, ele poderá receber cumulativamente os proventos da inatividade e a remuneração do novo cargo.

No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, à nacionalidade e aos direitos políticos, julgue os itens que se seguem, tendo como referência as disposições da CF.

- 64 Em caso de flagrante delito no interior do domicílio de determinado indivíduo, no período noturno, a autoridade policial poderá adentrá-lo independentemente de determinação judicial.
- 65 Para que o filho de casal brasileiro nascido em país estrangeiro seja considerado brasileiro nato, ambos os pais devem estar, nesse país, a serviço da República Federativa do Brasil.
- 66 Serão cassados os direitos políticos do indivíduo condenado criminalmente em sentença transitada em julgado.
- 67 Depende de decisão judicial com trânsito em julgado a suspensão das atividades de associação que tenha praticado alguma ilegalidade.
- 68 **Situação hipotética:** Em 2010, João foi naturalizado brasileiro e, em 2012, se envolveu em tráfico ilícito internacional de entorpecentes. Devido a essa infração penal, determinado país requereu a sua extradição. **Assertiva:** Nessa situação, o pedido deverá ser negado, uma vez que a CF veda a extradição de brasileiro.

A respeito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, julgue os itens subsecutivos.

- 69 O TCE/PA pode auxiliar o controle externo da câmara municipal de Belém – PA.
- 70 A fusão de dois municípios depende de consulta prévia, mediante plebiscito, das respectivas populações, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal.
- 71 O estado do Pará pode explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, não podendo a regulamentação da exploração ocorrer por meio de medida provisória.

No que diz respeito aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, julgue os itens subsequentes.

- 72 Para integrar o Conselho Nacional de Justiça, o membro do Ministério Público deverá ser escolhido pelo procurador-geral da República entre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.
- 73 Perderá o mandato o deputado federal que for investido no cargo de chefe de missão diplomática temporária.
- 74 Em se tratando de crimes de responsabilidade, os membros do Conselho Nacional de Justiça serão processados e julgados pelo Senado Federal.
- 75 A concessão de indulto e a comutação de penas são competências indelegáveis do presidente da República.
- 76 O interesse público pode motivar a remoção de juiz de tribunal de justiça.
- 77 Se membro do TCE/PA cometer crime comum, ele será processado e julgado, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.
- 78 Acusados de cometer infrações penais comuns, deputado federal e senador serão processados e julgados, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal.

Acerca do Ministério Público e da defensoria pública, julgue os itens seguintes.

- 79 Os chefes dos Ministérios Públicos da União, dos estados e do Distrito Federal são nomeados pelo presidente da República.
- 80 Ao defensor público estadual é assegurada a garantia de inamovibilidade.

Com base no disposto no Código Civil acerca de personalidade e capacidade jurídica, julgue os itens a seguir.

- 81 A pessoa jurídica, assim como a física, é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- 82 As crianças e os adolescentes com menos de dezesseis anos de idade são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- 83 Por se tratar de direito da personalidade, o ato de disposição gratuita de parte do próprio corpo após a morte, para fins altruísticos, é intransmissível e irrevogável.
- 84 O início da personalidade civil das pessoas físicas ocorre com a concepção, e o das associações de direito privado, com a inscrição de seus atos constitutivos no registro peculiar, desde que tenham sido previamente aprovados pelo Poder Executivo.

Julgue os itens que se seguem, a respeito de responsabilidade civil, indenização, dano moral e dano material.

- 85 A obrigação de reparar o dano causado não se transmite por sucessão aos herdeiros.
- 86 Como regra, o valor da indenização deve corresponder à extensão do dano material; mas excepcionalmente o juiz poderá reduzir a indenização se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano causado.
- 87 O município que for condenado a indenizar particular por dano causado por servidor público municipal poderá cobrar regressivamente do servidor o valor da condenação, desde que ele tenha agido com dolo ou culpa e na qualidade de servidor público municipal.
- 88 A ação civil de reparação de dano independe do correspondente procedimento criminal, mas, se a sentença criminal reconhecer o fato e o autor, na justiça civil não poderão mais ser questionadas a autoria e a existência do fato.

Julgue os itens subsequentes com base nas disposições do Código Civil acerca de bens, fatos jurídicos e prescrição.

- 89 Denomina-se representação a relação jurídica em que uma pessoa se obriga perante terceiro por meio de ato praticado em seu nome por representante, cujos poderes são conferidos por lei ou por mandato.
- 90 Cometerá ato ilícito o titular de direito que, ao exercê-lo, exceder manifestamente os limites impostos pelo seu fim socioeconômico, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- 91 São considerados bens particulares aqueles pertencentes a pessoas jurídicas de direito público interno às quais se tenha dado estrutura de direito privado.
- 92 Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes.

À luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Estatuto do Idoso, julgue os itens a seguir.

- 93** Segundo o CDC, o conceito de fornecedor abrange não apenas pessoas físicas e jurídicas, mas até mesmo entes despersonalizados.
- 94** Embora o Estatuto do Idoso regule direitos assegurados a pessoas de idade igual ou superior a sessenta anos, a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos nele prevista é assegurada àqueles com mais de sessenta e cinco anos de idade.
- 95** Aos idosos, com sessenta anos de idade ou mais, que não possuam meios para prover sua subsistência é assegurado o benefício de um salário mínimo mensal, independentemente da condição econômica de sua família, ficando os membros da família responsáveis solidariamente pelas necessidades do idoso que ultrapassem o patamar de um salário mínimo.
- 96** Uma sociedade empresária que compra peças de outra sociedade empresária e as utiliza na montagem do produto que revende poderá invocar, em seu favor, normas do CDC no caso de ajuizamento de ação contra a pessoa jurídica que lhe vende as peças.

Uma lei nova, oficialmente publicada, que regula inteiramente assunto que antes era disciplinado por outra norma, nada estabeleceu sobre a data de sua entrada em vigor e o seu prazo de vigência; foi silente também quanto à revogação da lei mais antiga. Sessenta dias depois da publicação oficial, um juiz recebeu um processo em que as partes discutiam um contrato firmado anos antes, com base na lei antiga.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes, considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- 97** Dispositivos da lei antiga que forem compatíveis com a lei nova ainda estarão vigentes.
- 98** A lei nova entrou em vigor no dia de sua publicação oficial.
- 99** Há, nesse caso, conflito de leis no tempo e, para decidir qual delas será aplicada ao contrato, o juiz deverá considerar a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.
- 100** A lei nova vigorará até que outra a modifique ou revogue.

Espaço livre